



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A ÁFRICA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Álvaro de Barros Zago¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

alvarozago@yahoo.com.br

Introdução

A promulgação da Lei Federal 10.639/03 caracterizou uma conquista na luta histórica do Movimento Negro Brasileiro e, também, trouxe mudanças para a educação no Brasil.

A temática africana vem ganhando espaço nas discussões educacionais nas últimas décadas. A introdução da “*pluralidade cultural*” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que foram aprovados, no ano de 1996, pelo Ministério da Educação e Cultura e que promoveram a introdução de conteúdos referentes ao continente africano no ensino de História é um indício desse avanço. Posteriormente, no ano de 2003, a aprovação da Lei 10.639, que promoveu a obrigatoriedade no ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira, tornando, desta maneira, evidente a consolidação dessa temática na Educação brasileira.

A partir da Lei o ensino sobre conteúdos referentes ao continente africano fica a cargo de todas as disciplinas do componente curricular da área de humanas, desta maneira proporcionando diversas abordagens sobre a África e os afro-brasileiros.

Mesmo não estando explicitado no texto da Lei Federal a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos referentes ao continente africano e suas populações no ensino da geografia escolar, estes não devem ser omitidos, tendo em vista que esta disciplina contribui na construção da leitura que o indivíduo faz do mundo e de seus pares assim como no seu posicionamento político e nas relações socioeconômicas.

O presente texto pretende verificar como o continente africano foi apresentado em três livros didáticos de geografia destinados ao ensino médio recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista que este material didático é muito

¹ Mestrando do programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

utilizado nas práticas pedagógicas dos docentes, pois se trata de uma ferramenta que sistematiza os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula com os alunos.

O ensino de Geografia e a Lei federal 10.639/03

A Geografia como “*disciplina escolar*” (CHERVEL, 1990) passou por transformações em seus objetivos, conteúdos, atividades e procedimentos avaliativos, ao longo do tempo.

Inicialmente, no século XIX, os estudos geográficos caracterizavam-se pela observação e descrição de uma determinada paisagem, realizando uma particularização da mesma. Desta forma era possível comparar as diferentes regiões e classificá-las de acordo com suas particularidades. O precursor desse método foi o geógrafo francês Vidal de La Blache, cujas idéias influenciaram o desenvolvimento da disciplina no Brasil a partir da década de 1930. Essa corrente geográfica foi denominada Geografia Tradicional ou Clássica.

Segundo Pontuschka (2009) nas décadas de 1940 e 1950 os estudos regionais ganharam grande importância, por serem considerados, pelos autores, os mais fiéis na representação da paisagem. Neste período o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística teve um papel de relevo na produção de pesquisas geográficas, que chegaram até o ambiente escolar através dos livros didáticos, assim como, dos professores de Geografia.

Nas duas décadas seguintes, 1960 e 1970, ocorreram transformações em diferentes setores da economia brasileira, decorrentes do uso de novas tecnologias, como consequência o espaço geográfico foi alterado e desta forma “as metodologias propostas pelas várias tendências da Geografia tradicional não eram capazes de apreender essa complexidade” (PONTUSCHKA, 2009, p.51). Na década de 1970 surgiu então a denominada Geografia Teórica, que se caracterizou pela utilização de métodos matemáticos e recursos cibernéticos na realização de pesquisas quantitativas. Essa corrente geográfica não exerceu muita influência no ambiente escolar brasileiro, segundo seus críticos essa vertente geográfica não contemplava questões políticas, econômicas e sociais presentes no espaço geográfico.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Deve-se considerar, ainda, neste período as transformações impostas pelo regime ditatorial brasileiro que estava em vigor desde 1964. Neste momento da história brasileira os livros didáticos de geografia apresentavam um conteúdo que não condizia com a realidade do país, e também, a implementação da Lei 5.692/71 que extinguiu os estudos de Geografia e História e os incorporou aos Estudos Sociais, desta maneira descaracterizando o ensino de Geografia.

Essa descaracterização do ensino da Geografia, decorrente de sua substituição, mobilizou os professores da área que buscaram o restabelecimento da autonomia da disciplina no currículo, através de debates que visavam uma reestruturação dos saberes da ciência geográfica.

Como resultado dessa mobilização dos professores de Geografia surgiu, na década de 1980, a denominada Geografia Crítica. Esta corrente geográfica trouxe como fundamentos metodológicos o *materialismo histórico* e a *dialética* para as pesquisas desenvolvidas na Geografia, e conseqüentemente provocou transformações no ensino da Geografia escolar. Segundo Santos (2009):

“Esta tendência da Geografia na verdade acompanha um movimento mais global da sociedade: o processo de democratização, ainda que contraditoriamente embebido num recrudescimento de tendências conservadoras e combinado com o agravamento das desigualdades sociais, vez por outra abre brechas para falar vozes caladas tanto pelas forças conservadoras quanto por aquelas ditas progressistas.” (SANTOS, 2009, p.21).

Ainda, segundo o mesmo autor a Geografia Crítica trouxe uma “*pluralidade de enfoques e temas para a Geografia Brasileira*” (SANTOS, 2009, p.21). Dentro dessa diversidade de temas deve-se incluir o estudo sobre a África e suas populações e, também, as relações étnico-raciais no espaço geográfico, tendo em vista que a partir da Lei Federal 10.639/03 criou-se uma demanda oficial pela revisão sobre os currículos, conteúdos e práticas pedagógicas referentes a essa temática no ensino de Geografia, assim como de outras disciplinas. Ficou definido pela Lei que:

Art.1º O art. 26-A da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

(BRASIL, 2003)

Desta maneira a promulgação da Lei trouxe para o debate educacional, em especial no ensino da Geografia, a necessidade de se pensar o mundo sob uma perspectiva que não somente a eurocêntrica. Segundo Santos (2009):

O que diversos setores vêm sinalizando, entretanto, é que a Lei é um instrumento para reposicionar o negro no mundo da Educação. Segundo esta leitura, História e Cultura Afro-Brasileira, compreendendo História da África, a cultura negra, etc., são na verdade instrumentos de construção de outras visões de mundo alternativas à eurocêntrica que domina nossa formação – ou, instrumentos para a construção de visões plurais -, e não “apêndices”, conteúdos “a mais” que devem ser trabalhados em momentos específicos como o dia 13 de maio ou mesmo o 20 de novembro que é citado pela lei. (SANTOS, 2009, p.23).

Nessa perspectiva fica clara a necessidade da revisão de como os conteúdos referentes ao continente africano e suas populações que são apresentados nos livros didáticos de Geografia, em especial nos livros destinados ao Ensino médio, tendo em vista que este é o ciclo destinado a conclusão do ensino básico, momento no qual se consolidam os conhecimentos adquiridos ao longo de toda trajetória escolar dos alunos.

O livro didático



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Dentre os materiais didáticos utilizados no processo educativo, o livro didático destaca-se como uma importante ferramenta no desempenho da prática pedagógica do professor. Segundo Bittencourt (1998):

“(...) o livro didático é também um *depositário dos conteúdos escolares*, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões lingüísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos etc.” (BITTENCOURT, 1998, p.72).

Nessa perspectiva deve-se considerar que os conteúdos presentes nos livros didáticos sofrem modificações de acordo com a finalidade, implícita em cada disciplina, inserida e influenciada por um contexto histórico, no qual o manual didático foi concebido. André Chervel aponta a existência dessa dinâmica no interior das disciplinas escolares, e atribui as mudanças ocorridas em suas finalidades às demandas da sociedade no decorrer do tempo. Segundo o autor a escola “é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentam fazer um modelo” (CHERVEL, 1990, p.188). Desta maneira fica evidente a relação entre as finalidades escolares e os conteúdos, na qual as primeiras determinam os conteúdos presentes nos livros didáticos.

Segundo Allain Choppin, o livro didático exerce quatro funções no processo educativo. A primeira função destacada pelo autor é a de *referencial*, pois é no livro didático que se encontram as técnicas e conteúdos selecionados para serem transmitidos para as novas gerações; posteriormente encontra-se a função *instrumental* que coloca na prática os métodos de ensino que visam facilitar a aprendizagem; a terceira função do livro didático é a *ideológica e cultural*, tendo em vista que este material didático se “afirmou como um dos vetores essenciais da língua, cultura e dos valores das classes dominantes” (CHOPPIN, 2004, p.556); a quarta e última função destacada pelo autor é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a *documental*, caracterizada pelo fornecimento de documentos que podem vir a promover o espírito crítico dos alunos.

Para Choppin as representações da sociedade contida nos livros didáticos correspondem aos anseios de seus autores, e não como ela se apresenta na realidade. Segundo o autor:

“O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias a moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados”. (CHOPPIN, 2004, p.557).

Desta forma a análise sobre a perspectiva *ideológica e cultural* dos conteúdos presentes nos livros didáticos se faz necessária à medida que os mesmos podem se encontrar antagônicos aos objetivos propostos pela sociedade e, também, pela disciplina escolar, em favor de uma minoria dominante.

A África representada nos livros didáticos de Geografia

Os livros didáticos de Geografia analisados neste artigo foram selecionados dentre os aprovados no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) do ano de 2008 e serão utilizados no período de 2009 a 2011. Dentre os autores das três obras didáticas selecionadas, dois tem produções didáticas anteriores a promulgação da Lei Federal 10.639/03 e apenas um dos autores iniciou sua produção após a aprovação da Lei.

Os livros didáticos utilizados para análise foram:

Tabela 1 – Livros didáticos analisados		
Autor	Título	Ano de publicação
José William Vesetini	Geografia: Geografia geral e do Brasil	2005
Elian Allabi Lucci;	Geografia geral e do Brasil	



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Anselmo Branco; Claudio Mendonça		2005
Levon Boligian; Andressa Alves	Geografia: Espaço e Vivência	2004

A análise dos livros didáticos elencados acima foi dividida em três etapas. A primeira consistiu na leitura da apresentação das obras didáticas, onde os autores explicitam os principais conteúdos a serem trabalhados pelo professor e os objetivos pretendidos com o uso da obra. A segunda parte da análise foi constituída a partir da leitura de todos os conteúdos presentes ao longo dos livros, nesta leitura foram destacados os termos, mais recorrentes, relacionados ao continente africano e suas populações. Por fim, a terceira parte consistiu em agrupar os termos em positivos ou negativos e sistematizá-los em uma tabela.

A leitura das apresentações dos livros didáticos, analisados neste artigo, de modo geral, aponta a preocupação dos autores em abordar os conteúdos referentes à organização espacial e as relações socioeconômicas e de poder, inscritas no espaço geográfico, decorrentes da Globalização. Os autores destacam, ainda, a importância da transmissão dos conhecimentos geográficos para que os alunos possam interpretar e compreender a realidade na qual se encontram inseridos, desta forma contribuindo para a formação destes como cidadãos.

Durante a realização da segunda parte da análise, a leitura dos conteúdos presentes nos livros didáticos, foram encontrados e destacados termos que relacionavam o continente africano e suas populações a contextos positivos e, também, a contextos negativos. Deve-se ressaltar que os elementos elencados como positivos são, de modo geral, apresentados de maneira pontual, fazendo referência às grandes civilizações da antiguidade, as riquezas naturais existentes na África com destaque para os recursos minerais como o petróleo e o carvão mineral, ou, ainda, o potencial econômico que a África do Sul vem apresentando nas últimas décadas.

Em contrapartida os elementos classificados como negativos aparecem de maneira constante ao se referir à África e suas populações. Estas representações fazem referência ao tráfico de escravos para as colônias na América no século XVI, assim como ao pelo Neocolonialismo como se as populações africanas tivessem aceitado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

passivamente essas imposições européias; abordam, ainda, as últimas décadas do século XX e início do século XXI, apresentando o continente africano como um espaço assolado pela fome, por epidemias (Aids), pelo subdesenvolvimento, com um grande déficit tecnológico e, também com um grande número de refugiados em decorrência de violentos conflitos internos. Desta forma tornam-se evidentes, principalmente, as características problemáticas do continente africano de modo a contribuir para formação de uma imagem parcial e tendenciosa sobre a África e os africanos.

A sistematização dos termos relacionados à África e suas populações mais recorrentes reforça as afirmações de que a representação desse continente e seus povos é feita de forma parcial e tendenciosa, uma vez que a proporção entre os elementos negativos e os elementos positivos é de três para um. O resultado encontrado foi sistematizado da seguinte maneira:

Tabela 2 – Termos recorrentes relacionados ao continente africano e suas populações	
Positivo	Negativo
Grande civilização da antiguidade	Colonização
Descolonização	Escravidão
Grande biodiversidade	Subdesenvolvimento
Riquezas minerais	Pobreza
Potencial econômico	Alta taxa de mortalidade
	Fome
	Migrações
	Discriminação racial
	Conflitos
	Refugiados
	Industrialização tardia
	Atraso tecnológico
	Agricultura tradicional
	Degradação ambiental
	Falta de infra-estrutura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A partir do resultado encontrado, nesta análise, fica explícito que os conteúdos referentes ao continente africano encontram-se, na maioria das vezes, vinculados a contextos negativos. Desta maneira, torna-se clara a necessidade de o professor estar atento as suas práticas pedagógicas, para que estas não sejam a mera reprodução ou reflexo dos conteúdos, referente ao continente africano e suas populações, apresentado nos livros didáticos, tendo em vista que estes trazem, de modo geral, uma representação negativa sobre a África.

Considerações finais

Após os resultados encontrados nesta breve análise pôde-se verificar que os conteúdos presentes nos livros didáticos, selecionados para este artigo, trazem uma representação tendenciosa sobre o continente africano e suas populações. Nessa perspectiva serão feitas algumas pontuações, necessárias, sobre as divergências encontradas entre os conteúdos referentes à África e suas populações, presente nas obras didáticas e os objetivos propostos pela da Lei Federal 10.639/03, pelo ensino da Geografia e, também, pelos apresentados pelos autores das obras didáticas analisadas.

A primeira pontuação é referente ao texto da Lei 10.639/03, nele fica clara a obrigatoriedade de se abordar a História e cultura africana em seus diversos aspectos e, também, suas contribuições na formação cultural brasileira em todos os componentes curriculares. Porém, a História das grandes civilizações africanas, que contribuíram culturalmente com a humanidade, encontra-se constantemente vinculada a Antiguidade. A partir dessa constatação deve-se questionar porque as populações da diáspora, que em muito contribuíram na formação cultural brasileira, não encontram-se em destaque?.

Referente ao ensino da Geografia, torna-se difícil imaginar como esta disciplina escolar pode promover a leitura e compreensão do mundo através de visões plurais e não apenas através da visão eurocêntrica, tendo em vista que o principal suporte didático utilizados pelos professores ainda se mantém na matriz européia como eixo norteador dos conteúdos.

A terceira divergência a ser pontuada refere-se aos objetivos pretendidos pelos autores e aos conteúdos apresentados sobre o continente africano e suas populações. Esta é a mais flagrante, uma vez que na apresentação das obras didáticas os autores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

destacam a necessidade de oferecer aos alunos, através dos conhecimentos geográficos, subsídios para que estes possam compreender a realidade do mundo globalizado em toda sua complexidade. Porém, como pensar a realidade mundial se os conteúdos referentes à África suas populações e suas contribuições culturais é apresentada de maneira parcial e tendenciosa? Desta forma o máximo que se pode conseguir através da leitura desses conteúdos é uma visão estereotipada sobre a África e os africanos.

As divergências encontradas nesta análise tornam evidente a necessidade de uma revisão no que tange a forma como a África e suas populações são apresentadas nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia, para que estes possam atender de maneira efetiva as demandas desta disciplina escolar e, principalmente da sociedade brasileira.

Por fim, é necessário salientar que este artigo se propõe a verificar, apenas, a forma como o continente africano e suas populações são apresentados nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, e que para a realização desta análise foram selecionados uma pequena amostra dentre as obras didáticas aprovadas. Deve-se destacar, ainda, que o livro didático é um importante instrumento para o desenvolvimento da prática pedagógica, porém esta não se resume a simples reprodução de conteúdos, tendo em vista que o professor é parte preponderante nesse processo.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.

BITTENCOURT, Circe. 1998. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: BITTENCOURT, Circe. (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, 2005.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, pp.177 – 229.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

CHOPPIN, Allain. História dos livros e das edições didáticas: Sobre o estudo da arte. Educ. Pesqui. [online] 2004, Vol. 30, n.3, pp.549 – 566. ISSN15179702.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil*. – 2ªEd. - Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. *Para ensinar e aprender Geografia*. – 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Livros didáticos consultados

BOLIGIAN, Levon; BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único. São Paulo: Atual, 2004.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. Geografia Geral e do Brasil. – 3ªEd. – São Paulo: Saraiva 2005.

VESENTINI, José William. Geografia: geografia geral e do Brasil, volume único. – 1ªEd. – São Paulo: Ática, 2005.